

RELATÓRIO DE GESTÃO ATUARIAL

Aracaju/SE

Exercício 2022

Nº: 005/2022

Adilson Moraes da Costa
Atuário MIBA 1.032 – MTE-RJ



**LÓGICA
CONSULTORIA**
ATUARIAL

MUNICÍPIO DE ARACAJU/SE**Unidade Gestora:**

Instituto de Previdência do Município de Aracaju - AJUPREV

Perfil Atuarial do RPPS:

Perfil III

Data Focal da Avaliação Atuarial:

31/dez/2021

Data Base dos Dados:

30/dez/2021

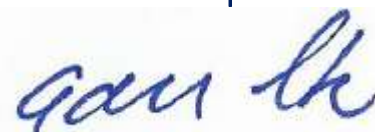
Data de Elaboração:

28/07/2022

Número da Nota Técnica Atuarial:

2021.000569.1

Atuário responsável:

Adilson Moraes da Costa
Atuário MIBA 1.032 – MTE-RJ

Sumário

1	INTRODUÇÃO	4
2	BASE NORMATIVA	4
2.1	Normas Gerais	4
2.2	Normas Específicas	4
3	BASES TÉCNICAS	5
3.1	Hipóteses Atuariais e Premissas	5
3.2	Regimes Financeiros	7
3.3	Métodos de Financiamento Atuarial	8
4	PLANO DE BENEFÍCIOS E CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE	9
5	BASE DE DADOS CADASTRAIS	9
6	ANÁLISES DE VARIAÇÕES DE RESULTADOS - FUNDO PREVIDENCIÁRIO	11
6.1	Variação na base de dados cadastrais do Fundo Previdenciário	11
6.2	Variação no custo previdenciário	12
6.3	Variação das Receitas e Despesas Estimadas Versus Realizadas	13
7	ANÁLISES DE VARIAÇÕES DE RESULTADOS - FUNDO FINANCEIRO	16
7.1	Variação na base de dados cadastrais do Fundo Financeiro	16
7.2	Variação no Custo Previdenciário	17
7.3	Variação das Receitas e Despesas Estimadas Versus Realizadas	17
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	19



1 INTRODUÇÃO

A pedido dos gestores e em observando as exigências da Secretaria da Previdência do Governo Federal para a obtenção da certificação no Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Pró-Gestão RPPS (Portaria MPS nº 185/2015, alterada pela Portaria MF nº 577/2017), este relatório foi elaborado para demonstrar a evolução da massa segurada e dos resultados atuariais do RPPS de Aracaju/SE, comparando-se os resultados observados nas Avaliações Atuariais dos três últimos exercícios, tendo-se descrito as bases normativas e hipóteses atuariais utilizadas na última Avaliação Atuarial realizada.

2 BASE NORMATIVA

Os dispositivos legais utilizados como referência para os cálculos atuariais apresentados neste estudo estão enumerados a seguir:

2.1 Normas Gerais

- Constituição **Federal** e alterações introduzidas pelas **Emendas Constitucionais Nº. 20, 41, 47, 70, 88 e 103**, de 15 de dezembro de 1998, 19 de dezembro de 2003, 05 de julho de 2005, 29 de março de 2012, 07 de maio de 2015 e de 12 de novembro de 2019, respectivamente;
- **Lei nº. 9.717**, de 27 de novembro de 1998;
- **Lei nº. 10.887**, de 18 de junho de 2004;
- **Lei Complementar nº 152**, de 03 de dezembro de 2015;
- **Portaria MPS nº 204**, de 10 de julho de 2008, e alterações posteriores;
- **Portaria MPS nº 402**, de 10 de dezembro de 2008, e alterações posteriores;
- **Portaria MF nº 464**, de 19 de novembro de 2018;
- **Portaria SPREV nº 17**, de 20 de maio de 2019;
- **Portaria nº 1.348**, de 03 de dezembro de 2019;
- **Instruções Normativas SPREV** correlatas;

2.2 Normas Específicas

- **Lei Complementar nº 50**, de 28 de dezembro de 2001; e
- **Lei Complementar nº 134**, de 01 de agosto de 2014.



3 BASES TÉCNICAS

Conforme define a Portaria SPREV 464/18, Bases Técnicas são premissas, pressupostos, hipóteses e parâmetros biométricos, demográficos, econômicos e financeiros utilizados e adotados no plano de benefícios pelo atuário, com a concordância dos representantes do RPPS, adequados e aderentes às características da massa de segurados e beneficiários do RPPS e ao seu regimento. Como bases técnicas entendem-se, também, os regimes financeiros adotados para o financiamento dos benefícios, as tábuas biométricas utilizadas, bem como fatores e taxas utilizados para a estimação de receitas e encargos.

Neste item, descrevemos inicialmente as Hipóteses Atuariais e, na sequência os Regimes Financeiros adotados neste estudo, bem como o Método de Financiamento Atuarial adotado no Regime Financeiro de Capitalização.

3.1 Hipóteses Atuariais e Premissas

A Avaliação Atuarial projeta cenários decorrentes de eventos incertos ao longo do tempo, como, por exemplo, o quantitativo de segurados, a duração do tempo de pagamento dos benefícios previdenciários, bem como os seus valores a cada ano futuro.

Para tanto, são adotadas hipóteses que devem refletir as características biométricas, demográficas, financeiras e econômicas incidentes sobre a população de segurados e respectivo plano previdenciário, que denominamos Hipóteses Atuariais.

Por representarem estimativas de eventos futuros, devem ser periodicamente confrontadas com os acontecimentos da vida real, para que se avalie a necessidade de ajustes. Esta análise, além de ser uma recomendação técnica, tem obrigatoriedade legal dada pela Instrução Normativa SPREV nº 009, de 21.12.2018.

As hipóteses atuariais adotadas foram as seguintes:

1. Tábuas Biométricas:

- 1.1. Tábua de mortalidade de válidos: – fase laborativa e fase pós laborativa: IBGE-2020 segregada por sexo.
- 1.2. Tábua de mortalidade de inválidos: IBGE-2020 segregada por sexo.
- 1.3. Tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas.

2. Alterações futuras no perfil e composição das massas de segurados:

- 2.1. Rotatividade: 1% ao ano;



2.2. Expectativa de reposição dos segurados ativos: número constante de servidores ativos por 75 anos, supondo que a cada servidor ativo que se desliga, outro toma seu lugar com idade e salário iguais aos daquele que se desligou, quanto foi admitido no município.

3. Estimativas sobre remunerações e proventos:

3.1. Taxa real de crescimento da remuneração por mérito e produtividade: 1,00% real ao ano;

3.2. Taxa real do crescimento dos proventos: 0%;

4. Taxa de juros atuarial:

Fundo Previdenciário: 4,87% real ao ano

Fundo Financeiro: 0,00 real ao ano.

5. Idade de entrada em algum regime previdenciário e em aposentadoria:

5.1. Idade estimada de entrada em algum regime previdenciário: diferença entre a idade de admissão no município e o tempo de serviço passado informado na base de dados cadastrais.

5.2. Idade estimada de entrada em aposentadoria: são consideradas as regras de entrada em aposentadoria previstas nas Emendas Constitucionais EC nº 20/98, EC nº 40/03, EC nº 41/03 e nº 47/05, indicando para o estudo atuarial a de menor idade alcançada, adicionada de três anos, resultante da estimativa de tempo decorrido entre a reunião dos requisitos para entrada em aposentadoria e a efetiva requisição. Os participantes em risco iminente de aposentadoria foram redistribuídos para os próximos três anos seguintes, atribuindo maior demora no ingresso em aposentadoria para os servidores mais jovens.

5.3. Composição do grupo familiar: para efeito de cálculo de custo de pensão por morte do segurado, considerou-se o estado civil informado na base de dados cadastrais. Para projeções futuras de concessão de pensão, considerou-se a probabilidade de se deixar dependente vitalício em caso de morte, calculada a partir da observação da frequência de servidores casados agrupados por idade, ajustando-os por uma função logarítmica que mais se aproxima da tendência que os dados indicam.

6. Compensação financeira entre os regimes:

A estimativa de Compensação Financeira foi considerada como Ativo do Plano, uma vez que o RPPS possui convênio ou acordo de cooperação técnica em vigor para operacionalização da compensação previdenciária com os regimes de origem. Como não consta da base cadastral os valores das remunerações de cada servidor no período a compensar com o



regime previdenciário de origem nem há ainda valores de repasse decorrentes de compensação previdenciária, partiu-se do princípio de que o fluxo de compensação previdenciária equivale a 8,00% dos valores médios de benefício compensáveis pagos atualmente. Tal parâmetro é resultado da média observada em outros entes públicos que recebem receitas de compensação previdenciária.

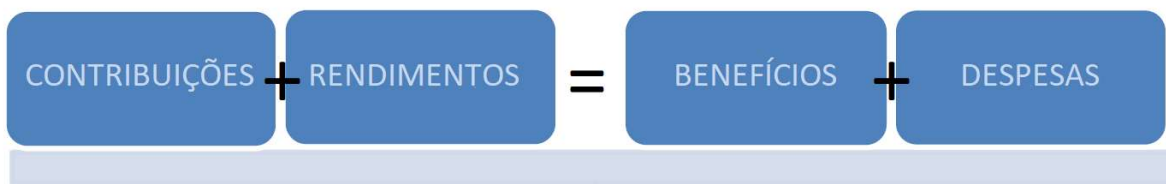
7. Demais Hipóteses Atuariais:

7.1. Fator de determinação do valor real ao longo do tempo das remunerações e proventos: 100%, ou seja, a inflação não corrói remuneração e proventos no período de um ano a ponto de impactar nos valores das Provisões Matemáticas.

3.2 Regimes Financeiros

Para entender os Regimes e Métodos Financeiros Atuariais, considere a equação seguinte:

EQUAÇÃO FUNDAMENTAL DO FINANCIAMENTO DE UM PLANO PREVIDENCIÁRIO.



Os segurados e o Ente Público realizam contribuições regulares para o Fundo que aplica estes recursos no mercado financeiro. Tanto as contribuições quanto os rendimentos são receitas que se somam para fazer o Fundo crescer cada vez mais.

Os pagamentos dos benefícios de aposentadorias e pensões, bem como das despesas administrativas se somam para consumir os recursos do Fundo, fazendo-o decrescer.

Desta forma, os rendimentos são parte importante desta equação e uma das principais diferenças entre os Regimes Financeiros, que, segundo o Art. 12 da Portaria nº 464/18, são os seguintes: Regime Financeiro de Capitalização; de Repartição de Capitais de Cobertura e de Repartição Simples.

No Regime Financeiro de Capitalização, as contribuições ocorrem durante a fase laboral do segurado, formando um fundo financeiro que rende receitas financeiras desde o primeiro momento de sua constituição, e permanece produzindo rendimentos mesmo após a concessão

do benefício. Neste estudo, sua aplicação se dará para o cálculo dos custos das aposentadorias programadas e pensões por morte decorrentes dessas aposentadorias.

No Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura, as contribuições de um ano se somam para formar o fundo que garantirá o pagamento dos benefícios concedidos neste período. Neste caso, as receitas financeiras são menores que as do Regime Financeiro de Capitalização, já que ocorrem apenas após a concessão do benefício. Neste estudo, sua aplicação se dará para o cálculo dos custos dos benefícios não programáveis de aposentadoria por invalidez, pensões por morte delas decorrentes, bem como de Pensão por morte de Segurados Ativos.

No Regime Financeiro de Repartição Simples, conceitualmente, não há formação de fundo financeiro e, desta forma, não há receita financeira. Sua aplicação era indicada para cálculo dos custos dos auxílios, mas, em função da edição da EC 103/19, passaram a cargo do tesouro do ente público.

3.3 Métodos de Financiamento Atuarial

A Portaria nº 464/18 define como Método de Financiamento Atuarial aquele adotado pelo atuário para estabelecer o nível de constituição das reservas necessárias à cobertura dos benefícios estruturados no regime financeiro de capitalização, em face das características biométricas, demográficas, econômicas e financeiras dos segurados e beneficiários do RPPS. O normativo prevê os seguintes métodos:

- I - Crédito Unitário Projetado;
- II - Idade Normal de Entrada;
- III - Prêmio Nivelado Individual; e
- IV - Agregado por Idade Atingida.

Neste estudo atuarial, será utilizado o método Idade Normal de Entrada, que tem como principal característica o fato de que Custo Normal é um percentual constante do salário ao longo do tempo, o que traz confiança no sistema previdenciário.

Na última Avaliação foi utilizado o método Crédito Unitário Projetado - PUC, que tem como principal característica o fato de que a cada ano se “compra” uma fração do benefício de renda de aposentadoria projetado igual a $1/n$ avos, sendo n o número total de anos de contribuição para o RPPS.

A mudança se justifica pelo fato de que os custos pelo Método PUC se elevam a cada ano, sobretudo quando não há novas contratações, além de ser mais sensível às mudanças



nas taxas real de juros anual, mudanças estas que tem ocorrido com frequência nos últimos anos, visto que os limites impostos para essa hipótese atuarial estão atreladas a taxa SELIC, que tem sofrido sensíveis alterações, em função de mudanças do cenário econômico nacional

4 PLANO DE BENEFÍCIOS E CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

Para elaboração da avaliação atuarial, foram considerados os benefícios previdenciários descritos abaixo, inclusive o Abono Anual, previstos na legislação do município, para fins de apuração do custo:

- Aposentadorias, que correspondem a benefícios concedidos aos segurados ativos do RPPS em prestações continuadas e nas condições previstas na Constituição Federal, nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes e na legislação do ente federativo, podendo ser compulsória ou voluntária por tempo de contribuição e por idade.
- Aposentadoria por Invalidez que corresponde ao benefício concedido aos segurados do RPPS que, por doença ou acidente, forem considerados, por perícia médica do município ou da unidade gestora do RPPS, incapacitados para exercer suas atividades ou outro tipo de serviço que lhes garanta o sustento, nas condições previstas na Constituição Federal, nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes e na legislação do município.
- Pensão por Morte, que corresponde ao benefício previdenciário concedido ao dependente do servidor ativo ou aposentado, que venha a falecer.

5 BASE DE DADOS CADASTRAIS

Para esta análise foram utilizadas bases de dados cadastrais que contemplam toda a massa de participantes e os dados referentes às avaliações anteriores, colhidos dos Demonstrativos de Resultados das Avaliações Atuariais – DRAAs.

As bases de dados utilizadas no último estudo atuarial apresentam qualidade satisfatória. Diante da inexistência ou inconsistência de informações apresentadas nas bases de dados cadastrais encaminhadas pelo Município, foram adotadas premissas técnicas que visam reduzir seus efeitos nos resultados da avaliação atuarial. Tais inconsistências estão relacionadas ao tempo de serviço anterior ao ingresso no Município não informado.



Fundo Previdenciário

Composto pelos servidores admitidos a partir de 28/dez/01 e aposentadorias e pensões geradas por estes servidores, conforme a Lei Complementar nº 50, de 28 de dezembro de 2001. Os benefícios deste Fundo serão financiados sob o Regime Financeiro de Capitalização.

6 ANÁLISES DE VARIAÇÕES DE RESULTADOS - FUNDO PREVIDENCIÁRIO

Em atendimento à Portaria nº 185, de 14 de maio de 2015, e em consonância com o item 3.2.3 do Manual do Pró-Gestão RPPS, aprovado pela Portaria SPREV nº 3, de 31 de janeiro de 2018, segue abaixo análise dos resultados das avaliações atuariais anuais relativas aos três últimos exercícios, informações retiradas do Demonstrativos de Avaliação Atuarial – DRAA, com comparativo entre a evolução das receitas e despesas estimadas e as efetivamente executadas:

6.1 Variação na base de dados cadastrais do Fundo Previdenciário

Quadro 1. Variações do Quantitativo de participantes

Discriminação	Ativos	Aposentados	Pensionistas
Avaliação Atuarial 2020	4.538	71	29
Avaliação Atuarial 2021	4.481	89	49
Avaliação Atuarial 2022	4.456	110	46

Quadro 2. Variações dos Salários e Benefícios Médios

Discriminação	Ativos	Aposentados	Pensionistas
Avaliação Atuarial 2020	R\$ 3.489,38	R\$ 3.885,40	R\$ 1.696,39
Avaliação Atuarial 2021	R\$ 3.719,65	R\$ 3.863,02	R\$ 1.405,17
Avaliação Atuarial 2022	R\$ 3.788,84	R\$ 3.993,03	R\$ 2.225,09

Quadro 3. Variações das Folhas de Salários e Benefícios

Discriminação	Ativos	Aposentados	Pensionistas
Avaliação Atuarial 2020	R\$ 15.834.790,89	R\$ 275.863,75	R\$ 49.195,20
Avaliação Atuarial 2021	R\$ 16.667.766,61	R\$ 343.808,49	R\$ 68.853,10
Avaliação Atuarial 2022	R\$ 16.883.056,69	R\$ 439.233,63	R\$ 102.353,93

Dos dados dispostos nos quadros acima podem ser feitas as seguintes análises:

- Entre a Avaliação Atuarial de 2020 e Avaliação Atuarial 2021 verificou-se redução de 1,26 pontos percentuais no número de participantes ativos, 57 servidores. Paralelo a isto, houve aumento do número de servidores aposentados, 18, e aumento de pensões, 20, que combinado com a variação dos valores médios de salários e benefícios resultou em aumento de 5,70% no gasto com pessoal.
- Entre a Avaliação Atuarial de 2021 e 2022 houve redução de 0,56% pontos percentuais no número de participantes ativos, 25 servidores. Paralelo a isto, houve aumento do número de servidores aposentados, 21, e redução de pensões, 03, que combinado com a variação dos valores médios de salários e benefícios resultou em aumento em 2,02% no gasto com pessoal.

6.2 Variação no custo previdenciário

Quadro 4. Variações dos Custos Normais

CUSTO NORMAL	Avaliação Atuarial 2020	Avaliação Atuarial 2021	Avaliação Atuarial 2022
Aposentadorias com reversão ao dependente	26,80%	25,83%	22,11%
Invalidez com reversão ao dependente	2,39%	1,02%	2,12%
Pensão de ativos	1,81%	1,69%	3,79%
Auxílios	0,00%	0,00%	0,00%
CUSTO ANUAL LÍQUIDO NORMAL	31,00%	28,54%	28,02%
Administração do Plano	2,00%	2,00%	2,00%
CUSTO ANUAL NORMAL TOTAL	33,00%	30,54%	30,02%

Quadro 5. Variações dos Valores de Reservas e Ativo do Plano

Reservas Matemáticas (RMBaC + RMBC)	Avaliação Atuarial 2020	Avaliação Atuarial 2021	Avaliação Atuarial 2022
(-) Provisões Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)	R\$ 50.334.704,22	R\$ 7.774.242,42	R\$ 85.428.757,74
(-) Provisões Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	R\$ 625.508.978,10	R\$ 667.583.364,35	R\$ 882.517.570,83
Provisões Matemáticas (PMBaC + PMBC)	R\$ 675.843.682,32	R\$ 675.357.606,77	R\$ 967.946.328,57
(+) Ativo Líquido do Plano	R\$ 981.141.010,70	R\$ 1.028.929.131,52	R\$ 1.186.377.693,81
Resultado: Superávit Técnico Atuarial	R\$ 305.297.328,38	R\$ 353.571.524,75	R\$ 218.431.365,24

Dos dados dispostos nos quadros acima, podem ser feitas as seguintes análises:

- Entre a Avaliação Atuarial de 2020 e Avaliação Atuarial 2021 verificou-se aumento de 15,81% do valor do superávit atuarial, motivado pela redução do valor apurado de Provisões Matemáticas, em 0,07%, e do aumento do valor de Ativos Financeiros, de 4,87%.
- Entre a Avaliação Atuarial de 2021 e a Avaliação Atuarial de 2022 verificou-se um aumento de 43,32% dos valores de Provisões Matemáticas em função da queda da taxa de juros utilizada no cálculo, de 5,44% em 2021 para 4,87% em 2022; redução de 38,22% do valor de superávit, visto que o aumento de 15,30% do Ativo Líquido do plano não foi em magnitude suficiente para cobrir o aumento das Provisões Matemáticas e em função da redução da taxa de juros utilizada no cálculo.

No quadro abaixo é possível verificar o resultado considerando-se a taxa do ano passado e a atual:

Reservas Matemáticas (RMBaC + RMBC)	Taxa - 5,44%	Taxa - 4,87%
(-) Previsões Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)	R\$ 80.315.651,05	R\$ 85.428.757,74
(-) Provisões Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	R\$ 721.925.015,20	R\$ 882.517.570,83
Previsões Matemáticas (PMBaC + PMBC)	R\$ 802.240.666,25	R\$ 967.946.328,57
(+) Ativo Líquido do Plano	R\$ 1.185.241.107,36	R\$ 1.186.377.693,81
Resultado: Superávit Técnico Atuarial	R\$ 383.000.441,11	R\$ 218.431.365,24

Como é possível observar com a taxa de 5,44% ter-se-ia um resultado bem mais próximo com o do ano passado.

6.3 Variação das Receitas e Despesas Estimadas Versus Realizadas

Quadro 6. Total de Receitas e Despesas Estimadas

Exercício	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	SALDO PREVIDENCIÁRIO
	Valor (a) (*)	Valor (b) (*)	Valor (c) = (a - b)
Avaliação Atuarial 2020	78.320.129,22	29.968.690,48	48.351.438,74
Avaliação Atuarial 2021	122.707.396,80	22.619.004,28	100.088.392,52
Avaliação Atuarial 2022	65.640.370,61	28.829.258,93	36.811.111,68

Quadro 7. Total de Receitas e Despesas Efetivamente Ocorridas

Exercício	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	SALDO PREVIDENCIÁRIO
	Valor (a) (*)	Valor (b) (*)	Valor (c) = (a - b)
2019	190.701.861,64	5.048.357,74	185.653.503,90
2020	134.931.473,21	5.157.811,34	129.773.661,87
2021	83.162.827,85	6.144.094,89	77.018.732,96

Quadro 8. Variação das Receitas e Despesas Estimadas versus Executadas

Exercício	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	SALDO PREVIDENCIÁRIO
	Valor (a) (*)	Valor (b) (*)	Valor (c) = (a - b)
2019			
2020	-34,77%	397,95%	
2021			

Dos dados dispostos nos quadros acima pode ser feita a seguinte análise:

Verifica-se que no período analisados as receitas previdenciárias estimadas totalizaram R\$ 266.667.896,63, enquanto a receitas executadas totalizaram R\$ 408.796.162,70, assim os valores estimados foram menores em 34,77% em relação às efetivamente executadas. Em contrapartida as despesas estimadas totalizaram R\$ 81.416.953,69, enquanto as despesas executadas totalizaram R\$ 16.350.263,97, assim os valores estimados foram superiores em



397,95% as despesas efetivamente executadas. Essas variações, muito provavelmente, se devem aos servidores em risco iminente.



Fundo Financeiro

Composto pelos servidores admitidos até 28/dez/01 e benefícios gerados por estes servidores conforme Lei Complementar nº 50, de 28 de dezembro de 2001. Os benefícios deste Fundo serão financiados sob o Regime Financeiro de Repartição Simples.



7 ANÁLISES DE VARIAÇÕES DE RESULTADOS - FUNDO FINANCEIRO

Passamos a descrever agora, as principais variações entre os resultados apurados neste estudo e os das três últimas avaliações atuariais.

Foi utilizada para esta análise a base de dados cadastral que contempla toda a massa de participantes e os dados referentes às avaliações anteriores, colhidos dos Demonstrativos de Resultados das Avaliações Atuariais – DRAAs.

7.1 Variação na base de dados cadastrais do Fundo Financeiro

Quadro 9. Variações do Quantitativo de participantes

Discriminação	Ativos	Aposentados	Pensionistas
Avaliação Atuarial 2020	1.634	4.415	602
Avaliação Atuarial 2021	1.447	4.444	801
Avaliação Atuarial 2022	1.179	4.583	789

Quadro 10. Variações dos Salários e Benefícios Médios

Discriminação	Ativos	Aposentados	Pensionistas
Avaliação Atuarial 2020	R\$ 3.883,82	R\$ 4.630,59	R\$ 2.052,02
Avaliação Atuarial 2021	R\$ 4.145,99	R\$ 4.740,35	R\$ 2.373,01
Avaliação Atuarial 2022	R\$ 4.322,22	R\$ 4.852,11	R\$ 2.793,52

Quadro 11. Variações das Folhas de Salários e Benefícios

Discriminação	Ativos	Aposentados	Pensionistas
Avaliação Atuarial 2020	R\$ 6.346.169,37	R\$ 20.444.059,51	R\$ 1.235.315,41
Avaliação Atuarial 2021	R\$ 5.999.243,02	R\$ 21.066.098,18	R\$ 1.900.779,32
Avaliação Atuarial 2022	R\$ 5.095.892,39	R\$ 22.237.236,76	R\$ 2.204.090,18

Dos dados dispostos nos quadros acima podem ser feitas as seguintes análises:

- Entre a Avaliação de 2020 e 2021 houve redução de 11,44 pontos percentuais no número de participantes ativos, 187 servidores. Paralelo a isto, houve aumento do número de servidores aposentados, 29, e aumento de pensões, 199, que combinado com a variação dos valores médios de salários e benefícios resultou em aumento de 3,36% no gasto com pessoal.
- Entre 2021 e 2022 houve redução de 18,52 pontos percentuais no número de participantes ativos, 268 servidores. Paralelo a isto, houve aumento do número de servidores aposentados, 139, e redução de pensões, 12, que combinado com a variação dos valores médios de salários e benefícios resultou em aumento de 1,97% no gasto com pessoal.

7.2 Variação no Custo Previdenciário

O Fundo Financeiro é um fundo em Repartição Simples não havendo formação de Provisões Matemáticas para além do exercício corrente. Desta forma, não há análise comparativa a ser feita.

7.3 Variação das Receitas e Despesas Estimadas Versus Realizadas

Quadro 12. Total de Receitas e Despesas Estimadas

Exercício	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	SALDO PREVIDENCIÁRIO
	Valor (a) (*)	Valor (b) (*)	Valor (c) = (a - b)
Avaliação Atuarial 2020	134.144.573,63	310.288.465,07	-176.143.891,44
Avaliação Atuarial 2021	21.790.042,83	312.330.135,16	-290.540.092,33
Avaliação Atuarial 2022	333.643.660,02	334.935.389,34	-1.291.729,32

Quadro 13. Total de Receitas e Despesas Efetivamente Executadas

Exercício	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	SALDO PREVIDENCIÁRIO
	Valor (a) (*)	Valor (b) (*)	Valor (c) = (a - b)
2019	209.172.264,85	296.031.601,52	-86.859.336,67
2020	302.536.882,79	306.187.227,25	-3.650.344,46
2021	279.366.723,78	316.726.341,72	-37.359.617,94

Quadro 14. Variação das Receitas e Despesas Estimadas versus Executadas

Exercício	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	SALDO PREVIDENCIÁRIO
	Valor (a) (*)	Valor (b) (*)	Valor (c) = (a - b)
2019			
2020	-38,11%	4,20%	
2021			

Dos dados dispostos nos quadros acima pode ser feita a seguinte análise:

Verifica-se que no período analisados as receitas previdenciárias estimadas totalizaram R\$ 489.578.276,48, enquanto as receitas executadas totalizaram R\$791.075.871,42, assim os valores estimados foram menores em 38,11% em relação às efetivamente executadas. Em contrapartida as despesas estimadas totalizaram R\$ 957.553.989,57, enquanto as despesas executadas totalizaram R\$ 918.945.170,49, assim os valores estimados foram superiores em 4,20% as despesas efetivamente executadas, mostrando proximidade entre as estimativas e o valor realizado.



A variação entres os valores estimados e efetivamente ocorridos, muito provavelmente, se deve aos servidores em risco eminente.

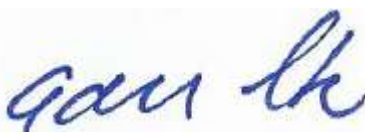


8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relatório de gestão atuarial tem por principal objetivo avaliar a aderência das projeções atuariais à realidade do plano previdenciário no período dos últimos três anos.

Desta forma, tomou-se as projeções consignadas nos estudos atuariais anteriores, os quais foram realizados pelos atuários responsáveis técnicos do plano previdenciário no período entre 2019 e 2021, bem como os valores de receitas e despesas ocorridas neste mesmo período.

Na análise comparativa, verificou-se em alguns casos diferença significativa entres os valores projetados e ocorridos, que pode ser atribuída, em princípio, aos casos de risco iminente de aposentadoria não ocorridos.



Adilson Moraes da Costa
Atuário Miba 1.032 MTE/RJ

Maria Avilete Ramalho
Presidente do AJUPREV